

17/Dezembro/2015

INDICADORES ECONÔMICOS – AGENDA DO DIA

➤ Brasil:

- O IBGE divulga a **Taxa de desemprego** (Mensal) no país (Vide notícia abaixo);
- O Banco Central do Brasil divulga a **Taxa de juros de longo prazo** (Q1).

➤ Mundo:

- **Suíça:** Sai a Taxa de desemprego local (Mensal e Anual);
- **Itália:** Sai a Balança comercial (exportações e importações);
- **Alemanha:** Saem as Expectativas de negócios e a Avaliação da situação atual no país (Mensal);
- **Europa:** Divulgação do Relatório Mensal do BCE;
- **África do Sul:** Sai o índice de preços ao produtor (IPP) (Mensal);
- **Indonésia:** Decisão da Taxa de juros;
- **México:** Decisão da Taxa de juros;
- **Argentina:** Sai o Índice de preços ao consumidor (IPC) (Mensal e Anual);
- **Nova Zelândia:** Sai a Confiança empresarial e suas expectativas na economia local (Mensal).

NOTÍCIAS RELEVANTES PARA O SETOR DE ENERGIA

✓ Empresa coreana de gás analisa possibilidade de investir no Ceará

Fonte: Ascom Companhia de Integração Portuária do Ceará



Representantes da *Korea Gas Corporation* - (Kogas) analisam a possibilidade de instalar uma unidade fixa de regaseificação no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), foram recepcionados pelo Secretário de Assuntos Internacionais do Governo do Estado, Antônio Balhman, o presidente da Zona de Processamento e Exportação do Ceará (ZPE/CE), Mário Lima, e o coordenador comercial da Companhia de Integração Portuária do Pecém (Cearáportos), Raul Viana. O Terminal Portuário do Pecém hoje é um importante instrumento do Estado no que se refere a atração de investimentos para o Ceará por conta da infraestrutura diferenciada que possui. A comitiva ainda conheceu a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que está instalada no CIPP, e é o maior investimento privado no estado do Ceará até hoje. A CSP deve entrar em funcionamento no 1º semestre de 2016 e sozinha, vai movimentar através do Pecém, 3 milhões de placas de aço em seu período inicial.

✓ Projeto de Incentivo à geração e aproveitamento da Energia Solar e Eólica é aprovado na CCJ

Fonte: PB Agora



A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) aprovou o Projeto de Lei nº 531/15, de autoria do presidente Adriano Galdino, institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar e Eólica no Estado. Ao todo, 52 matérias foram analisadas. Dentre os projetos aprovados destaca-se também a Medida Provisória 239/15, do Governo do Estado, que institui o Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais para pagamentos de precatórios. Do Governo do Estado também foi aprovado o

projeto de Lei ordinária 638/15, que altera a lei 6.379, que trata do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Ainda foi aprovado o Projeto de Lei nº 462/15, da deputada Daniella Ribeiro, que dispõe sobre proibição da cobrança de valor mínimo em compras no cartão de crédito ou débito.

✓ Scar investe em eficiência energética

Fonte: Procel info



Em 2016, mais especificamente a partir de maio, 75% da energia elétrica consumida no prédio da Scar será gerada ali mesmo, no telhado. Os painéis fotovoltaicos já foram encomendados e o dinheiro para pagar o investimento também está em caixa. Uma empresa e 5 pessoas se sensibilizaram com o projeto e doaram os R\$ 900 mil necessários. A conta de energia da Scar deve cair dos atuais R\$ 15 mil ao mês para R\$ 5 mil, com a instalação dos painéis. Além disso, a Scar também vai melhorar o sistema de captação de água da chuva. A infraestrutura e o depósito estão prontos, faltando apenas a canalização adequada no telhado. O investimento de R\$ 30 mil será feito com recursos da própria Scar, com entrega prevista para a mesma época. Segundo Udo Wagner, presidente da Scar, a responsabilidade com o meio ambiente era o pilar que faltava para

tornar a instituição totalmente sustentável. As despesas equilibradas e a produção e difusão cultural completam o quadro.

✓ Startup instala painéis solares em favelas no Rio de Janeiro

Fonte: Terra

No início de 2016, a creche “Mundo Infantil” na favela de Santa Marta, no Rio de Janeiro, receberá a instalação de painéis solares para redução de gastos com energia elétrica. A iniciativa é da Insolar, empresa de cunho social fundada no Rio de Janeiro. O projeto prevê, além da instalação dos painéis solares para a redução da conta de energia, a substituição de todas as lâmpadas da creche por modelos de LED, que têm consumo energético menor e maior durabilidade. O Sebrae também vai oferecer três oficinas para os moradores da comunidade com o objetivo de alertá-los sobre a importância da sustentabilidade e, de quebra, expor oportunidades de negócios ligados ao tema. Para que a Insolar continue forte após a conclusão do projeto piloto, foi necessário diversificar as fontes de financiamento. A empresa recebeu aporte do Consulado da Alemanha. Também venceu uma chamada pública promovida pela Light, distribuidora de energia da cidade do Rio de Janeiro. Em dezembro deste ano, a empresa recebeu outro importante apoio logístico e financeiro. Foi o primeiro projeto no mundo a receber suporte do Shell #makethefuture, programa global de incentivo a startups que promovem fontes de energia limpas e renováveis. Uma vez terminada a instalação dos painéis solares na creche em Santa Marta, a empresa buscará parceiros para a ampliação do projeto. A ideia é que as parcerias viabilizem a colocação gratuita de painéis em instituições filantrópicas e comunitárias de favelas cariocas. No caso de estabelecimentos comerciais, como mercados e lavanderias, almejam abordar seus proprietários e custear a instalação dos painéis. Depois, será um

pequeno percentual da economia de energia gerada mensalmente. Paralelamente, pretendem lançar no próximo ano guarda-sóis munidos de painéis solares para fazer a recarga de celulares e outros gadgets.

✓ Orçamento do ONS para 2016 é pré aprovado

Fonte: ANEEL



A Diretoria da ANEEL decidiu pela aprovação provisória da proposta de orçamento do Operador Nacional do Sistema (ONS) para o exercício de 2016, com vigência a partir de 1º de janeiro. O valor aprovado provisoriamente ficou em R\$ 598,3 milhões, sendo R\$ 568,1 milhões referentes aos “Itens Operacionais”, R\$ 21,8 milhões ao “Plano de Ação” e R\$ 8,4 milhões relativos às “Aquisições e Benfeitorias”. O ONS é pessoa jurídica de direito privado, sob forma de associação civil, sem fins lucrativos, e a regulação e a fiscalização de suas atividades são de competência da ANEEL.

✓ Wärtsilä assina extensão de contrato de O&M com térmica no Amazonas

Fonte: Canal Energia



A Wärtsilä assinou com a Gera Amazonas no último dia 8 de dezembro, a extensão do contrato para operação e manutenção da UTE Ponta Negra em Manaus (AM). O acordo inclui o fornecimento de peças de reposição e serviços de manutenção dos motores. A planta, composta por 5 motores 18V46GD, sendo 4 em operação e 1 de reserva, tem capacidade instalada de 85 MW com geração a motor bicomcombustível, trabalhando prioritariamente com gás natural e com opção para uso de óleo combustível. O contrato é a extensão do acordo firmado pela 1ª vez em 2006 por 5 anos e renovado em 2011 por igual período e tem duração até fevereiro de 2018.

✓ Preços do petróleo caem em Nova York e Londres

Fonte: Setorial Energy News



Os preços do petróleo têm mais uma manhã de recuo em Nova York e Londres nesta quinta-feira (17). Em Nova York, o barril abriu cotado a US\$ 35,18, registrando uma queda da ordem de 0,96% em relação ao fechamento desta quarta-feira (16). Em Londres, o barril abriu cotado a US\$ 37,25 nesta quinta-feira (17), também registrando um recuo de 0,37% igualmente em relação ao fechamento desta quarta.

✓ Programa para estimular a geração de energia pelos consumidores brasileiros

Fonte: Agência Brasil



A geração de energia solar pelos próprios consumidores deverá movimentar mais de R\$ 100 bilhões em investimentos até 2030 de acordo com o Ministério de Minas e Energia, que lançou o Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica (ProGD), que tem como objetivo estimular e ampliar a geração distribuída com fontes renováveis em residências, indústria, comércio, além de universidades e hospitais. Com a geração distribuída, os consumidores que instalem equipamentos para gerar a energia para seu próprio consumo, com placas solares, por exemplo, podem vender o excedente para a distribuidora de energia local. Os créditos podem ser utilizados em até 5 anos para diminuir a conta de luz em outros meses, quando o consumo for maior. O consumidor também poderá usar o crédito para abater a fatura de outros imóveis sob sua titularidade. Os condomínios que quiserem instalar equipamentos para gerar a sua própria energia poderão repartir a energia entre

os condôminos. Outra possibilidade é a formação de consórcios ou cooperativas para a instalação de sistemas de geração distribuída. A energia que for lançada na rede pelo consumidor também ficará isenta de Pis/Pasep e Cofins. Os bens de capital destinados à produção de equipamentos de geração solar terão a alíquota do Imposto de Importação reduzida de 14% para 2% até o fim de 2016. Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apoiará os projetos de eficiência energética e de geração distribuída em escolas e hospitais públicos com recursos a taxas diferenciadas. Outras medidas previstas no programa são a criação e expansão de linhas de crédito e financiamento de projetos de sistemas de geração distribuída; o incentivo à indústria de componentes e equipamentos e o fomento à capacitação e formação de profissionais para atuar no setor. Também está prevista a capacitação e formação de recursos humanos para atuar na cadeia produtiva das energias renováveis. O Ministério de Minas e Energia instalará placas fotovoltaicas para a geração de energia solar, que irá complementar o suprimento de energia elétrica do prédio. O primeiro sistema de geração distribuída da Esplanada dos Ministérios permitirá uma economia de R\$ 70 mil/ano em energia elétrica, e será feito em parceria com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

✓ Mais investimentos em energias renováveis na América Latina

Fonte: Envolverde



A América Latina investiu em 2015 mais de US\$ 23 bilhões em energias eólica, solar, biomassa, geotérmica e outras renováveis. Mas deverá fazer um esforço maior nas próximas décadas nessa estratégia para responder aos desafios da mudança climática. As energias renováveis são consideradas um dos mecanismos mais importantes para limitar o aquecimento global e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Segundo o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), se a América Latina explorasse uma pequena parte de sua capacidade renovável hidráulica, poderia atender o aumento da demanda por energia nas suas economias. Em seu discurso na cúpula, o presidente do Paraguai, Horacio Cartes, assegurou que seu país tem abundância de recursos naturais e é o maior produtor e exportador de energia renovável do mundo. A presidente do Chile, Michelle Bachelet, por sua vez, pontuou que desde 2013 a capacidade de energia renovável em seu país triplicou, e que as últimas licitações de energia fizeram com que os custos sejam até 50% menores do que há 2 anos. Já a presidente Dilma Rousseff ratificou que o Brasil tem uma “ambição” de conseguir 43% de redução nas emissões até 2030, com o aumento da disponibilidade de energias renováveis, como solar, eólica e biomassa, e pela redução do desmatamento na Amazônia. Segundo o informe Climascópio 2015, elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pela Bloomberg, a América Latina investiu, no último ano, mais de US\$ 23 bilhões em energia eólica, solar, biomassa, geotérmica e outras renováveis. E, embora a maior parte da atividade na região se concentre nas economias maiores, alguns países de menor dimensão também se destacaram entre os líderes de energias limpas. Brasil, Chile, México e Uruguai estão entre os 10 primeiros do *ranking* mundial nessa área. Já o México, a 2ª economia regional, está abrindo oportunidades para os geradores privados e mais capacidade para as energias limpas.

✓ Distribuidoras de energia devem recolher ICMS sobre subsídio do governo federal

Fonte: Portal Jota



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que são tributados pelo ICMS os subsídios do governo federal para compensação de descontos nas tarifas de energia elétrica concedidos ao consumidor de baixa renda. A discussão chegou ao tribunal superior pelo REsp 1.286.705, proposto pelo Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo (SindiEnergia). A questão tem como plano de fundo a Lei 10.604/2002, que definiu que o governo federal compensará as concessionárias obrigadas a reduzir os preços da energia em benefício a pessoas de baixa renda. No recurso analisado pela 2ª Turma, o sindicato alegava que as distribuidoras deveriam recolher o ICMS sobre o valor da tarifa efetivamente paga pelos consumidores finais, sem abranger o subsídio estabelecido pela lei. A tese do sindicato, porém, foi rejeitada pelos ministros. Apesar da decisão desfavorável aos distribuidores no STJ, o assunto pode ser analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Isso porque a discussão é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5101, ajuizada em março de 2014 e

que está sem movimentação há um ano. O Partido Progressista (PP) questiona decreto de Pernambuco que determinou a inclusão da subvenção na base de cálculo do ICMS.

✓ Consumo brasileiro de energia cai em dezembro

Fonte: CCEE



Dados preliminares de medição coletados entre os dias 1º e 14 de dezembro indicam redução no consumo (-2,6%) e na geração (-2,0%) de energia elétrica no país, na comparação com o mesmo período de 2014 de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em dezembro, a análise do desempenho da geração aponta a entrega de 63.476 MW médios de energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN). As usinas hidráulicas geraram 45.145 MW médios, +1,1% na comparação com o mesmo período de 2014. As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) se destacaram com a produção de 2.979 MW médios, um crescimento de 15%. Por sua vez, a representatividade da fonte hidráulica, em relação a toda energia gerada no país, foi de 71,1%, índice 2,2 pontos percentuais superior ao registrado no ano passado. As plantas eólicas também registraram incremento com 2.842 MW médios produzidos no período, +34,6% na geração, representando 4,5% da energia do país. O consumo de energia, em dezembro, somou 61.143 MW médios com reduções de 1,5% no mercado cativo (ACR), no qual os consumidores são atendidos pelas distribuidoras, e 5,9% no Ambiente de Contratação Livre (ACL), no qual consumidores compram energia diretamente dos fornecedores. Dentre os segmentos industriais que adquirem energia no ACL, considerando os consumidores livres, especiais e autoprodutores, apenas o setor de extração de minerais metálicos apresentou expansão de 3,5%, favorecido pela exportação, desvalorização do real e da retração do mercado interno. Nos demais setores, os índices apontam queda com os ramos têxtil (-12,5%), de veículos (-12,3%), de bebidas (-12%) e de saneamento (-10,2%) registrando as maiores quedas. A análise dos dados de agentes autoprodutores, aponta diminuição de 2,3% na geração e 16% no consumo em dezembro. Os setores de madeira, papel e celulose (+43,8%) e alimentício (+20,9%) aumentaram o consumo, enquanto o de serviços (-24,5%) e minerais não-metálicos (-18,9%) apresentaram as maiores quedas.

✓ Quantidade de energia de Angra rateada entre distribuidoras em 2016 é definida

Fonte: Canal Energia



A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou os montantes de energia das usinas nucleares de Angra 1 e 2 que serão divididos entre as distribuidoras em 2016, assim como as cotas para o ano de 2021. A lista de 2016 já inclui a Amazonas Distribuidora e a CEA, que estão interligadas. A Eletrobras Boa Vista (RR), que se prepara para a integração ao Sistema Interligado, entra na divisão de cotas de 2021. O montante anual de energia elétrica disponível para venda às distribuidoras cotistas no ano que vem, já deduzidos o consumo interno e as perdas na rede, é de 470,036 MW méd para Angra 1 e de 1.102,180 MW méd para Angra 2. No cálculo das cotas para 2021, a Aneel considerou o mercado faturado dos consumidores de cada empresa entre setembro de 2014 e agosto de 2015.

As distribuidoras que são supridas por empresas de distribuição de maior porte participam indiretamente do rateio, pois o montante de energia suprida é adicionado ao mercado da supridora. Desde janeiro de 2013, a energia de Angra é rateada entre as distribuidoras do SIN. As cotas são calculadas pela relação entre o mercado faturado da distribuidora e a soma dos mercados cativos de todas as empresas de distribuição. O custo dessa energia a partir de 1º de janeiro será de R\$ 206,29/MWh. O aumento de 27,41% em relação à tarifa de 2015 - de R\$ 162,09/MWh - reflete a variação da receita fixa de venda das usinas, que será de R\$ 2,862 bilhões.

✓ Consumo brasileiro de gás natural fica estável na indústria em outubro

Fonte: ABEGÁS



Em outubro, na comparação com o mês de setembro, o consumo de gás natural no país ficou praticamente estável no segmento industrial, com ligeira queda de 0,55%, conforme aponta levantamento estatístico da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás). Na comparação com o desempenho de outubro de 2014, os indicadores de consumo na indústria registraram queda de 4,37%. Já no acumulado do ano (de jan-out de 2015 versus mesmo período de 2014), a queda é de 1,59%. Outro segmento que apresentou retração na comparação com o mês anterior é o de geração elétrica, com 9,96%. Na comparação com outubro de 2014, a redução foi de 11,35%, consequência da redução da demanda por energia elétrica do país. Em outubro de 2015 foram consumidos, em média, 74,21 milhões de m³ de gás natural por dia em todo o país enquanto em outubro de 2014 o volume foi de 78,87 milhões de m³/dia. O residencial também apresentou retração de 11,61% na comparação com o mês anterior, em grande parte por causa da sazonalidade do período, que apresentou temperaturas mais elevadas, com reflexos no consumo de gás em aquecedores de chuveiros. No acumulado de jan-out, o consumo baixou 0,58% em relação ao mesmo período de 2014. Alterando a curva de variação, o segmento automotivo registrou alta de 1,19% em outubro sobre setembro. O acumulado de jan-out aponta queda de 3,07% na comparação com o mesmo período em 2014. O segmento comercial também manteve-se estável, com ligeira alta de 0,36%. Contra outubro de 2014, a evolução é de 1,89%. Na cogeração, o crescimento é de 4,30% em outubro versus setembro e 4,25% com mesmo mês de 2014. O segmento comercial vem crescendo mês a mês. E isso é resultado direto do trabalho das empresas distribuidoras, que cada vez mais comunicam as vantagens do gás natural para clientes como restaurantes, bares, padarias, *shoppings*, edifícios comerciais, clubes e academias, entre outros. Na região Sudeste, o destaque em outubro foram os segmentos comercial e automotivo, com +1,2% e +1,0%, respectivamente. Na região Sul, o segmento Industrial apresentou variação positiva de 4,3%, enquanto o automotivo registrou 1,8%. No Nordeste, o segmento de cogeração teve alta de 20%. Na região Norte, o segmento comercial cresceu 3,3%. Já o automotivo, +3,4%. No Centro-Oeste, os pontos altos foram os segmentos industrial e cogeração, com +10,4% e +3,6%, respectivamente.

✓ Licença prévia para linha de transmissão Manaus-Boa Vista

Fonte: Ministério de Minas e Energia



O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) concedeu a Licença Prévia (LP), documento que declara a viabilidade ambiental, da linha de transmissão Manaus-Boa Vista. O empreendimento apresenta atraso de 3 anos e já possui parte da infraestrutura de equipamentos e materiais disponíveis para composição da obra prevista para construção em 715 km ao longo dos estados da Amazônia e Roraima. A linha de transmissão garantirá energia firme a Roraima, mediante conexão do estado com o Sistema Interligado Nacional (SIN). Atualmente, Roraima depende de importação de energia da Venezuela. A conexão se projeta como importante vetor de desenvolvimento local uma vez que a sua população e a economia sofre prejuízos significativos com as constantes interrupções de energia. Ao longo do ano, Boa Vista apresentou 24 interrupções no fornecimento de energia elétrica, com tempo médio de restabelecimento de 25 minutos. Quando ocorrem falhas no fornecimento, o abastecimento é reforçado pelo aumento do consumo da energia fornecida por usinas térmicas a óleo naquela região, que além de mais caras representam um incremento nas emissões de poluentes. As tratativas para emissão da licença ambiental motivaram, em novembro, o Ministério de Minas e Energia a acionar a Advocacia Geral da União (AGU) e o Ministério da Justiça (MJ) para gestões junto à Funai visando o andamento do processo de licenciamento ambiental. Esta etapa conclui uma das mais importantes metas do planejamento do Setor Elétrico, ou seja, a interligação de todos os estados brasileiros ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Com as obras concluídas, todas as capitais estarão interligadas, com o mesmo padrão de qualidade e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica.

✓ **Indústrias de SP, Rio e DF e a conta de luz no mercado livre de energia**

Fonte: Abraceel



A Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) acaba de lançar estudo que revela que as indústrias de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília que compram energia no mercado livre economizam, em média, 32% na conta de luz. Segundo a Abraceel, o preço médio do MW/h praticado no mercado livre nessas regiões é R\$ 119,38 menor do que as tarifas do Ambiente de Comercialização Regulado (ACR), vinculadas às políticas das concessionárias. Em São Paulo, a indústria paga no mercado livre R\$ 126,64 a menos no MW/h do que os consumidores das concessionárias, com uma economia de 34%. O preço médio do Ambiente de Contratação Livre (ACL) para o setor produtivo paulista é de R\$ 242,41 sobre R\$ 369,05 do mercado cativo. No Rio de Janeiro, o mercado livre oferece uma economia de 27% na conta luz das indústrias, que pagam no MW/h R\$ 96,53 a menos. Já no Distrito Federal, o preço médio é 36% menor do que as tarifas das concessionárias, com uma diferença de R\$ 134,99 no MW/h. Nos últimos 12 anos, os consumidores do mercado livre no Brasil, hoje restritos a grandes indústrias, já economizaram cerca de R\$ 27 bilhões na conta de luz. Projeto de Lei 1.917/15, em tramitação no Congresso Nacional, prevê liberdade de escolha do fornecedor de eletricidade a todos os brasileiros até 2022, do mesmo modo como existe liberdade de escolha na área de telefonia celular. A livre concorrência estimula a queda de preços, a melhoria da qualidade e a opção de se escolher por fontes renováveis de geração de energia.

NOTÍCIAS SOBRE ECONOMIA GERAL

✓ **IPC-S desacelera em 5 capitais pesquisadas na 2ª quadrissemana**

Fonte: FGV

Capitais brasileiras	IPCS-S		
	2ª quadrissemana de dez. em relação a 1ª leitura do mês		
	De	Para	
Brasília	1,22%	1,05%	↓
Belo Horizonte	1,02%	0,85%	↓
Rio de Janeiro	2,00%	1,66%	↓
Porto Alegre	1,12%	0,83%	↓
São Paulo	1,01%	0,93%	↓
Recife	0,80%	0,89%	↑
Salvador	0,85%	0,93%	↑

Fonte: FGV

O Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), desacelerou em 5 das 7 capitais pesquisadas na 2ª quadrissemana de dezembro em relação à 1ª leitura do mês. No geral, o IPC-S passou de 1,21% para 1,06% entre os dois períodos.

✓ **Aprovada meta de superávit de 0,5% do PIB**

Fonte: G1

O Congresso Nacional aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, com uma meta de superávit primário de 0,5% do PIB, o equivalente a R\$ 30,5 bilhões. A LDO serve como base para a elaboração do Orçamento. A Comissão Mista do Orçamento (CMO) aprovou a proposta do governo de redução da meta para 2016, passando de 0,7% para 0,5% do PIB. Proposta do governo foi enviada ao Legislativo para evitar um possível corte no "Bolsa Família". Com a meta de 0,5%, a União tem de fazer um superávit de R\$ 24 bilhões, o equivalente a 0,4% do PIB. Estados e municípios têm de fazer um superávit de R\$ 6,55 bilhões, 0,1% do PIB. Pela proposta anterior, o setor público teria que fazer uma economia maior, de R\$ 43,8 bilhões (0,7% do PIB), sendo R\$ 34,4 bilhões para a União (0,55% do PIB) e 9,4 bilhões para estados e municípios (0,15%). A redução da meta proposta pelo governo foi aceita pela oposição na Comissão Mista de Orçamento com a condição de que fosse

retirada qualquer permissão de abatimento do superávit com outros gastos, o que permitiria ao Executivo ter uma meta zero, ou seja, sem precisar fazer economias.

✓ **Consumidor brasileiro termina o ano sendo pessimista**

Fonte: FecomercioSP

O Índice de Confiança do Consumidor, apurado mensalmente pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), encerrou o ano com 87,2 pontos, -22,8% em relação a dezembro de 2014, quando registrou 113 pontos, por causa das crises econômica e política. No ano, o índice ICC registrou média de 94,4 pontos, a menor desde 2002, valor 19,9% inferior à média de 117,9 pontos registrada em 2014. Já no comparativo mensal, o indicador apresentou alta de 1,9% sobre os 85,6 pontos registrados em novembro. Segundo a FecomercioSP, a piora na percepção das condições econômicas atuais foi a principal responsável para que o consumidor encerrasse o ano pessimista. Para a federação, "o resultado reflete principalmente a deterioração da renda, a inflação elevada, a preocupação crescente com o desemprego e o crédito mais caro e restrito. A instabilidade política também explica o recuo do indicador". O Índice de Condições Econômicas Atuais, um dos componentes do ICC, encerrou o ano com queda de 46,7%, marcando 57,9 pontos, ante 108,7 em dezembro de 2014. Em relação a novembro - quando registrou 54,3 pontos, houve alta de 6,7%. Com isso, no ano, registrou uma média de 76,9 pontos, valor 34,4% inferior à média de 117,3 pontos registrada em 2014. Já o Índice de Expectativas do Consumidor, apesar da queda anual de 7,9%, terminou o ano acima dos cem pontos. Em dezembro, o indicador registrou 106,6 pontos, com ligeira alta de 0,2% em relação aos 106,4 pontos de novembro. Com isso, no ano, o IEC registrou uma média de 106 pontos, valor 10,4% inferior à média de 118,3 pontos registrada em 2014. Entre todos os segmentos analisados pela pesquisa, os consumidores com mais de 35 anos foram os que encerraram 2015 mais pessimistas. Os menos pessimistas foram os consumidores com renda familiar superior a 10 salários mínimos. O maior recuo anual da confiança, por sua vez, foi observado entre os consumidores com renda inferior a 10 salários mínimos. As mulheres encerraram o ano mais pessimistas do que os homens.

✓ **Taxa de desemprego cai em novembro no Brasil**

Fonte: IBGE

A taxa de desemprego ficou em 7,5% em novembro deste ano. O índice é inferior ao observado em outubro (7,9%), mas superior ao registrado em novembro do ano passado (4,8%). O percentual é o maior para meses de novembro desde 2008, quando chegou a 7,6%. O dado da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e leva em conta seis regiões metropolitanas do país: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A população desocupada, de 1,8 milhão de pessoas, ficou estável em relação ao mês anterior, mas cresceu 53,8% na comparação com novembro de 2014. Já o número de pessoas ocupadas ficou em 22,5 milhões, estável em relação a outubro deste ano, mas 3,7% inferior ao total de novembro do ano passado. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado (11,3 milhões) manteve-se estável na comparação com outubro e recuou 4,6% na comparação com novembro de 2014. O rendimento médio real do trabalhador ficou em R\$ 2.177,20 em novembro deste ano. O rendimento é 1,3% menor que o observado em outubro deste ano e 8,8% inferior ao registrado em novembro do ano passado. A massa de rendimento médio real habitual dos ocupados foi estimada em R\$ 49,7 bilhões – queda de 0,9% em relação a outubro e um recuo de 12,2% na comparação com novembro do ano passado. O rendimento médio dos trabalhadores com carteira assinada (R\$ 2.019,60) cresceu 0,8% em relação a outubro deste ano, mas caiu 5,7% na comparação com novembro de 2014. Já o rendimento dos sem carteira (R\$ 1.507,20) recuou na comparação com outubro (-4,7%) e com novembro de 2014 (-13,3%). Entre as atividades econômicas, na comparação com outubro, o rendimento só cresceu no setor de educação, saúde e administração pública (1,6%). Houve estabilidade nas atividades de comércio e serviços domésticos. Foram observadas quedas na indústria (-4,5%), na construção (-0,5%), nos serviços prestados à empresa (-2,2%) e outros serviços (-1,3%). Na comparação com novembro de 2014, o rendimento caiu nas 7 atividades pesquisadas pelo IBGE, com destaque para indústria (-12,5%), serviços prestados às empresas (-12,1%) e construção (-11,9%).

✓ **Dólar opera em queda sobre o real**

Fonte: BC

O dólar opera em queda nesta quinta-feira (16), um dia depois do *Federal Reserve* (Fed, o Banco Central dos Estados Unidos) elevar a taxa básica de juros do país pela primeira vez desde 2006 e o Brasil perder o grau de investimento pela agência de classificação de risco Fitch. Por volta das 13h47, a moeda norte-americana era vendida a R\$ 3,8984, -0,67%. O Fed anunciou a elevação da taxa de juros do piso de 0% a 0,25% para entre 0,25% e 0,5%. Em teoria, a alta de juros lá fora contribui para a alta na cotação do dólar no resto do mundo, uma vez que os Estados Unidos se tornam mais "atraentes" para a moeda. A tendência, então, é que haja um fluxo de dólares dos demais países em direção aos EUA. Essa alta de juros, no entanto, já era esperada, e estava "precificada", ou seja, os agentes do mercado já haviam ajustado suas posições antes que a alta ocorresse. Embora juros mais altos tendam a atrair para os EUA recursos aplicados no Brasil, operadores entenderam a decisão como uma demonstração de confiança na economia norte-americana e reagiram comprando ativos de risco. Ao mesmo tempo, recebiam bem a perspectiva de um aperto monetário lento. Investidores continuavam preocupados com o cenário político e econômico no Brasil, em meio a expectativas de que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, deixe o governo e enquanto o Supremo Tribunal Federal avalia o rito do processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff.

✓ **EUA eleva taxa de juro**

Fonte: Valor Econômico

Os responsáveis pela política monetária do *Federal Reserve*, o Banco Central dos EUA, tomaram uma importante decisão. Eles decidiram encerrar a política de juro quase zero, que esteve em vigor desde a crise financeira de 2008. Eles informaram que vão elevar a taxa básica de juros, o que pode ser visto como um voto de confiança na economia e no mercado de trabalho norte-americano. A taxa de juros será elevada de 0 a 0,25% para uma faixa de 0,25 a 0,5%. Esse será o primeiro aumento em quase uma década. Os representantes da autoridade ressaltaram que o mercado de trabalho demonstrou melhoria considerável neste ano, e a atividade econômica tem se expandido em um ritmo moderado. O Fed está iniciando uma grande mudança em sua política. Entretanto, a taxa básica de juro no Japão permanece próxima do zero em função da política de afrouxamento monetário quantitativo. O Banco Central Europeu também está mantendo sua taxa de juros nos mais baixos valores históricos. A decisão do Banco Central americano sugere que a instituição está sendo cautelosa para minimizar o impacto sobre a economia. A autoridade aparentemente pretende implementar novas elevações, lenta e cuidadosamente, para não prejudicar a recuperação.

NOTÍCIAS SOBRE A INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

✓ **Volume do setor de serviços recua em outubro no Brasil**

Fonte: IBGE

O volume do setor de serviços do país registrou queda de 5,8% em outubro relação ao mesmo mês de 2014. Foi a maior queda da série iniciada em 2012, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano, de janeiro a outubro, o indicador acumula queda de 3,1% e, em 12 meses, de 2,5%. O volume de serviços é a receita de serviços descontada a inflação. A queda mantém a sequência de resultados negativos registrados no ano, à exceção de março, que registrou crescimento de 2,3%. Todos os segmentos do setor mostraram resultados negativos. O volume dos serviços prestados às famílias caiu 4,8%; o de serviços de informação e comunicação, 3,2%; serviços profissionais, administrativos e complementares tiveram redução de 7,3%, transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio recuaram 6,7% e outros serviços, 13,8%. Por ordem de importância no cálculo geral do índice, o que mais influenciou a taxa de outubro foi o setor de transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio. Em seguida vêm os serviços profissionais, administrativos e complementares e os serviços de informação e comunicação. Quatro unidades da federação apresentaram variações positivas: Roraima (7,3%),

Mato Grosso (4,7%), Mato Grosso do Sul (3,8%) e Rondônia (1,1%). As maiores variações negativas de volume foram no Amapá (-16,1%), Amazonas (-15,7%) e Maranhão (-12,7%).

✓ **Produção de celulose no Brasil recua em novembro**

Fonte: Ibrá /Bloomberg

A produção de celulose no Brasil recuou 2,7% em novembro contra o mesmo mês do ano passado, a 1,39 milhão de toneladas segundo a associação que representa o setor, Ibrá. O desempenho do setor ocorre após a produtora Cenibra ter suspenso duas linhas de sua fábrica em Belo Oriente (MG), diante de lama e detritos liberados com o rompimento da barragem da mineradora Samarco em Mariana terem alcançado área próxima ao local de captação de água da companhia. Parte da produção foi retomada perto do fim do mês. Em novembro, as exportações de celulose tiveram alta de 9,6%, a 910 mil toneladas, ao passo que as importações aumentaram 3,2%, a 32 mil toneladas. No acumulado de jan-novembro, a produção brasileira do insumo avançou 4,0%, a 15,59 milhões de toneladas. Já a produção de papel recuou 2,3% sobre novembro do ano passado, a 841 mil toneladas, e as exportações cresceram 25,9%, a 170 mil toneladas. Isso diante de baixa de 4,7% das vendas domésticas, a 468 mil toneladas. No caso dos painéis de madeira, houve queda de 18,5% das vendas domésticas, com alta de 106,3% das exportações.

MAIORES ALTAS E MAIORES BAIXAS NA BOVESPA*

Maiores altas da Bolsa ↑			
16/12/2015			
Desempenho da bolsa			
OI ON N1	6,51	R\$ 2,29	↑
TIM PART S/A ON NM	6,22	R\$ 7,17	↑
CEMIG PN N1**	5,84	R\$ 6,34	↑
COPEL PNB N1**	4,32	R\$ 25,82	↑
TELEF BRASIL PN	3,70	R\$ 38,61	↑



Maiores baixas da Bolsa ↓			
16/12/2015			
Desempenho da bolsa			
USIMINAS PNA N1	-4,76	R\$ 1,60	↓
QUALICORP ON NM	-4,00	R\$ 14,40	↓
SMILES ON EJ NM	-1,95	R\$ 37,23	↓
BRADSPAR PN N1	-1,50	R\$ 5,22	↓
SID NACIONAL ON	-1,36	R\$ 4,35	↓

* Referente ao fechamento do dia anterior.

**Empresas do setor elétrico.

Fonte: BMF & Bovespa/Elaboração própria.

TAXAS DE CÂMBIO*

Câmbio				
Vigência 17/12/2015				
			Compra	Venda
	Dólar (Ptax*)	↓	3,8923	3,8929
	Euro (Ptax*)	↓	4,2200	4,2219

*Ptax é a média das taxas de câmbio informadas pelos *dealers* durante 4 janelas do dia.

Fonte: BACEN/Elaboração própria.

ATIVIDADE ECONÔMICA, INFLAÇÃO E PRODUÇÃO

Atividade econômica, Inflação e Produção										
	Out.15	Set.15	Ago.15	Julho.15	Junho.15	Mai.15	Abr.15	Mar.15	Fev.15	Jan.15
IBC-Br (%)	...	-0,50	0,03	-0,84	...	0,36	-0,11
Produção industrial Total (%)	...	-1,30	-1,20	-1,50	...	0,60	-1,20	-0,80	-0,90	0,30
IPCA	0,82	0,54	0,22	0,62	0,79	0,74	0,71	1,32	1,22	1,24
INPC	0,77	0,51	0,25	0,58	0,77	0,99	0,71	1,51	1,16	1,48
IGP-DI	1,76	1,42	0,40	0,58	0,68	0,40	0,92	1,21	0,53	0,67
										2015 (*)
PIB (%)										-1,20
PIB Agropecuária										1,60
PIB Indústria										-2,90
PIB Serviços										-0,50

(*)Dados do IBGE segundo a nova metodologia de cálculo. 2º semestre de 2015, acum. nos últimos 12 meses.

Fonte: CNI/Bacen/IBGE/FGV

ÁREAS DE ATUAÇÃO DAIMON:

Regulação:

A Daimon atua fortemente na Regulação do setor energético brasileiro.

Através de Consultorias, Estudos e Pesquisa & Desenvolvimento, nossa equipe está totalmente capacitada e preparada para atender as demandas mais complexas deste mercado.

Software:

Desenvolvemos sistemas computacionais altamente especializados para o setor elétrico.

Nossas ferramentas são utilizadas pelas maiores empresas de distribuição do país nos segmentos de operação, proteção, perdas, tarifas, mercado, confiabilidade e muito mais.

Engenharia:

A Daimon tem destacada participação no programa de Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico brasileiro.

A Empresa conta em seu corpo técnico com vários pesquisadores oriundos de conceituadas universidades brasileiras, em particular, da Escola Politécnica da USP, onde boa parte desenvolve ou já desenvolveu trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado com significativas contribuições teóricas.

Novos Negócios:

Eficiência e Gestão Energética, *smart grids*, são exemplos de projetos desenvolvidos pela equipe de novos negócios Daimon.

Atenta as novas demandas e em busca de melhorias contínuas a Daimon desenvolve novos negócios em linha com as necessidades do setor energético nacional.

DAIMON, ESPECIALISTAS EM ENERGIA.

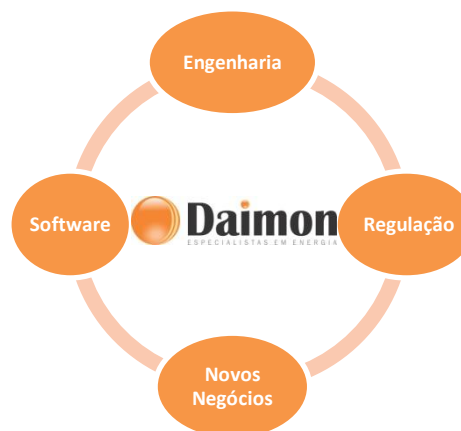
Av Paulista, 1.776 – Cj 22 – B – Bela Vista

CEP:01310-200 – São Paulo – Brasil

faleconosco@daimon.com.br

+55 11 3266-2929 / 3171-1728

www.daimon.com.br



A reprodução, inteira ou em parte, em qualquer forma ou meios, sem a expressa autorização por escrito da **Daimon Engenharia e Sistemas** não é permitida. Esta *newsletter* contém informações que são designadas somente aos seus destinatários. Conseqüentemente qualquer publicação, duplicação, distribuição ou qualquer ação tomada neste sentido é proibida e ilegal.